



REGULAMENTO E NORMAS DE FUNCIONAMENTO

LEI 9.307/96

Meios Alternativos para Soluções de
Conflitos – MASC

Arbitragem

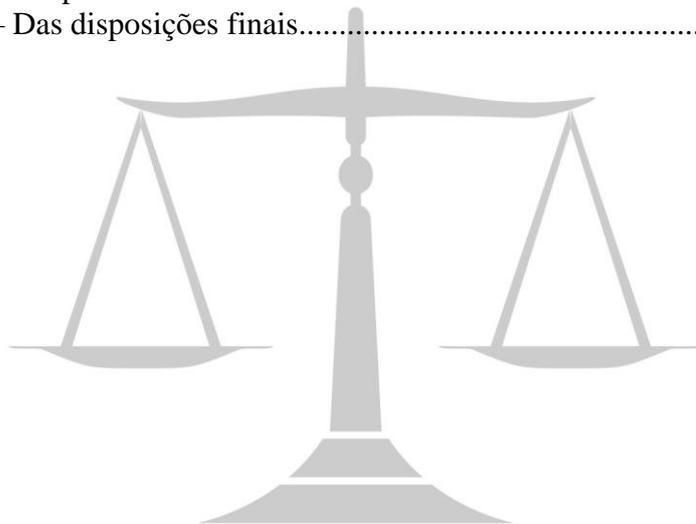




TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

ÍNDICE

Capítulo I – Disposições introdutórias.....	03
Capítulo II – Da Sujeição ao Presente Regulamento.....	03
Capítulo III – Da Instituição da Arbitragem.....	04
Capítulo IV – Da notificação, lugar e idioma da Arbitragem.....	05
Capítulo V – Do Compromisso Arbitral.....	08
Capítulo VI – Dos Árbitros.....	08
Capítulo VII – Da arguição de suspeição ou impedimento.....	09
Capítulo VIII – Das partes e de seus procuradores.....	10
Capítulo IX – Dos prazos.....	10
Capítulo X – Do procedimento arbitral.....	11
Capítulo XI – Da competência do Juízo Arbitral.....	12
Capítulo XII – Das provas.....	13
Capítulo XIII – Das audiências.....	14
Capítulo XIV – Da Sentença Arbitral.....	15
Capítulo XV – Encerramento da Arbitragem.....	16
Capítulo XVI – Das Custas na Arbitragem.....	17
Capítulo XVII – Dos prazos.....	18
Capítulo XVIII – Das disposições finais.....	18





Capítulo I – DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Artigo 1º – O Tribunal Arbitral de Campinas – **ARBICAMP** – Câmara de Mediação e Arbitragem, doravante denominado **Tribunal**, com fundamento no Artigo 21, § 1º, da Lei Federal nº 9.307 de 23 de setembro de 1996, estabelece o presente Regulamento de Procedimento Arbitral Cível.

Parágrafo único: As partes, ao avençarem submeter à arbitragem segundo as regras da **ARBICAMP- Câmara de Mediação e Arbitragem**, qualquer litígio ou conflito de interesse, futuro ou presente, concordam e ficam vinculadas às disposições deste Regulamento.

Artigo 2º – Qualquer alteração ao presente Regulamento que tenha sido acordado pelas partes, só terá aplicação ao caso específico e expressamente manifestado nos autos do respectivo procedimento arbitral.

Artigo 3º – Salvo estipulação em contrário pelas partes, aplicar-se-á a versão do regulamento vigente na data do protocolo do Requerimento de Procedimento Arbitral.

Artigo 4º – A **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** não decide por si mesmo os litígios que lhe forem submetidos.

Parágrafo único: Toda gestão, administração e supervisionamento, para o correto desenvolvimento do procedimento arbitral, é realizado segundo a vontade das partes, nos parâmetros definidos por este Regulamento e pela Lei Federal 9.307/96, ou pelas eventuais alterações que forem aprovadas pelas partes, conforme artigo 2º supra, assim como as regras gerais de direito de nosso ordenamento jurídico.

Capítulo II – DA SUJEIÇÃO AO PRESENTE REGULAMENTO

Artigo 5º - Para efeito desse Regulamento, é basilar a seguinte disposição:

I – Convenção, Compromisso Arbitral, Cláusula Compromissória ou Cláusula Arbitral; é a manifestação de vontade das partes, expressa em contrato ou em termos apartados, acerca de objeto do litígio ou conflito de interesse, no sentido do mesmo ser dirimido através da arbitragem.



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

II – Juízo Arbitral: é a instância competente para proceder à arbitragem, que pode ser feita através de um ou mais árbitros, conforme seja o caso.

III – Demandante: é a parte singular ou múltipla que impulsiona o início do procedimento arbitral.

IV – Demandada: é a parte singular ou múltipla contra qual é proposto o procedimento arbitral.

V – Requerimento Arbitral: é o requerimento inicial protocolizado pelo Demandante, junto a secretaria do Tribunal.

Capítulo III – DA INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM

Artigo 6º – A parte interessada em dar início ao procedimento arbitral (Demandante), que, em um contrato contenha cláusula arbitral (cláusula compromissória), prevendo competência da **ARBICAMP- Camara de Mediação e Arbitragem** para dirimir a controvérsia contratual solucionável por arbitragem, manifestará sua intenção à outra parte (Demandada), mediante Requerimento Arbitral protocolizado junto a Secretaria da **ARBICAMP- Camara de Mediação e Arbitragem**.

Parágrafo único: Sairá o mesmo ciente da data de audiência inicial.

Artigo 7º – O Requerimento Arbitral deverá ser feito em números de vias suficientes para a remessa de cada Demandada e uma via para o arquivo da **ARBICAMP- Camara de Mediação e Arbitragem**, contendo entre outras coisas que julgar conveniente:

I – A qualificação completa das partes (demandante/demandado), tais como: nome completo, estado civil, endereço, documentos pessoais, profissão, qualificações, telefone e e-mail (se houver);

II – Referência à Cláusula Compromissória ou Compromisso Arbitral;

III – O Contrato do qual resulta o litígio ou conflito de interesse ou com o qual ele esteja relacionado;

IV – O objeto do litígio, descrevendo um breve histórico dos fatos e os pontos conflitantes;

V – Indicação do valor real ou estimado da demanda;

VI – Anexar cópia dos documentos pertinentes ao processo, tais como: cópia dos atos constitutivos, se o requerente for pessoa jurídica e instrumento de mandato quando o requerente estiver representado por advogado;



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

VII – Uma proposta sobre o idioma, quando se tratar de arbitragem internacional e não houver disposição a respeito na convenção de arbitragem e normas jurídicas aplicáveis.

§1º – O Requerimento Arbitral poderá ser realizado por meios digitais através de e-mail ou aplicativo de troca de mensagens (WhatsApp).

§2º – O Requerimento realizado pelas ferramentas digitais não exige a obrigação da apresentação dos documentos originais, podendo os mesmos serem solicitados posteriormente pelo árbitro nomeado.

Artigo 8º - O Demandante ao protocolizar o Requerimento Arbitral, juntamente com a documentação correspondente, deverá efetuar o recolhimento da Taxa de Protocolo em conformidade com a Tabela de Custas e Honorários do Tribunal, que constitui pressuposto indispensável para o início do procedimento.

Artigo 9º - Verificada a falta de um ou mais elementos previstos nos artigos 7º e 8º, a Secretaria da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** solicitará ao demandante que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda a respectiva complementação. Transcorrido esse prazo, sem que a exigência seja cumprida, o Requerimento Arbitral será devidamente extinto e arquivado, sem prejuízo de sê-lo renovado oportunamente em outro pedido autônomo.

Artigo 10 – Reportando-se as partes às regras da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**, por intermédio da cláusula compromissória ou de outra forma, o procedimento arbitral terá seu início e a arbitragem será instituída e processada de acordo com o previsto no presente Regulamento e na Lei 9.307/96.

Artigo 11 – Considera-se válida a cláusula compromissória avençada por troca de correspondência epistolar, fax, telegramas, e-mail ou qualquer outro meio de telecomunicação idôneo capaz de provar sua existência.

**Capítulo IV – DA NOTIFICAÇÃO, LUGAR E IDIOMA DA
ARBITRAGEM**

Artigo 12 – Após a protocolização do Requerimento Arbitral pelo Demandante e estando satisfeito todos os requisitos deste Regulamento, bem como os documentos que o instruem, a Secretaria da **ARBICAMP** –



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Câmara de Mediação e Arbitragem enviará à outra parte (Demandada), cópia do Requerimento Arbitral juntamente com a notificação, para comparecer em audiência em data designada, para apresentar sua defesa, devidamente acompanhada dos documentos que entender pertinentes para melhor solução da controvérsia.

§1º – Após o cumprimento dos requisitos necessários à instauração do procedimento arbitral, a Secretaria Geral indicará as datas disponíveis para realização da audiência preliminar, notificando as partes no prazo de 15 dias.

§2º – Considera-se efetiva a notificação e ciência de todos os atos praticados pelos meios de comunicação fornecidos pelas partes, como, mas não exclusivamente, e-mail e mensagens via WhatsApp, que podem ser registradas e anexadas aos procedimentos pertinentes como meio de comprovação de recebimento e ciência.

Artigo 13 – Havendo omissão das partes quanto ao local da arbitragem, bem como do local da oitiva das testemunhas e peritos, ou outros atos do procedimento arbitral, estes serão realizados na sede da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** ou em outro lugar apropriado, nisso incluída a conveniência das partes.

Artigo 14 – Não havendo acordo entre as partes quanto ao idioma a ser adotado na arbitragem, o Juízo Arbitral o determinará, considerando as circunstâncias relevantes da relação jurídica em litígio, em especial a língua em que foi redigido o contrato.

Parágrafo único: Sendo escolhida uma língua estrangeira para a arbitragem a ser realizada no Brasil, todos os atos do procedimento deverão ser traduzidos para o vernáculo.

Artigo 15 – Se o Demandado não apresentar nenhuma defesa, bem como não comparecer em audiência designada, com isso demonstrando sua resistência à instituição da arbitragem, a **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** informar-lhe-á que o procedimento arbitral terá seguimento com nomeação de árbitro único, indicado pela **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**, salvo se:

I – As partes tenham estipulado anterior e expressamente que o Juízo Arbitral deva se constituir de 3 (três) árbitros;



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

II – A **ARBICAMP- Câmara de Mediação e Arbitragem** entender que as características do conflito de interesses ou valores envolvidos estão a recomendar que o Juízo Arbitral se constitua de 3 (três) árbitros.

Parágrafo único: Na existência de cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, deverá a parte interessada ingressar com ação judicial, pedindo ao juiz a intimação da parte relutante para que comparece em juízo a fim de lavrar-se o compromisso arbitral, bem como fechamento da cláusula arbitral (nos casos em que não determinar a exclusividade do tribunal), conforme preceitua o artigo 7º e seguintes da 9.307/96.

Artigo 16 – Definida que a arbitragem será com 3 (três) árbitros, cada uma das partes indicará um e seu eventual substituto, sendo que o terceiro e seu eventual substituto, serão indicados pela **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**.

§1º – Todos os árbitros serão escolhidos, preferencialmente, dentre aqueles pertencentes aos quadros da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**.

§2º – O processo de indicação e nomeação do(s) árbitro(s) não deverá ultrapassar 5 (cinco) dias.

§3º – O Presidente do Juízo Arbitral será escolhido pelo **Tribunal**, preferencialmente dentre aqueles pertencentes ao seu quadro de árbitros.

Artigo 17 – Se uma das partes não indicar o árbitro no prazo conferido pelo artigo 16, § 2º, a designação dos árbitros será feita a pedido de uma das partes pela **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**, de acordo com sua especialidade técnica, afins para cada caso.

Artigo 18 – Verificada a hipótese de alguma das partes suscitar dúvidas quanto à existência ou escopo da Convenção de Arbitragem, a **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** poderá optar pelo prosseguimento do procedimento arbitral. Em tal hipótese, a decisão acerca da jurisdição da arbitragem será tomada pelo próprio Juízo Arbitral no momento oportuno.



Capítulo V – DO COMPROMISSO ARBITRAL

Artigo 19 – Inexistindo cláusula compromissória, as partes poderão resolver o conflito de interesses através de arbitragem administrada pela **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**, firmando o Compromisso Arbitral, observadas as disposições do presente Regulamento

e da legislação aplicável. Ainda, se for o caso, a autorização para que os árbitros julguem por equidade, fora das regras de direito.

Capítulo – VI DOS ÁRBITROS

Artigo 20 – O árbitro no desempenho de sua função, deverá ser e manter-se independente, imparcial, discreto, diligente e competente, respeitando o contido na convenção de arbitragem, no presente Regulamento, na Lei 9.307/96 e no Código de Ética dos Árbitros e Mediadores.

Artigo 21 – Poderão ser nomeados para função de árbitros, tanto os membros do Quadro de Árbitros da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**, quanto outros que dele não façam parte, indicados pelas partes, desde que não haja impedimento nos termos dos itens subsequentes, podendo atuar em casos específicos, onde não tenha neste, árbitros com conhecimento e/ou interesse na causa.

Artigo 22 – O(s) árbitro(s) e seus eventuais substitutos, que integrarem o Juízo Arbitral, assinarão o Termo de Arbitragem ou documento de similar efeito, a ele vinculando-se para todos os fins de direito.

Artigo 23 – A pessoa indicada como árbitro, antes de aceitar a função, deverá firmar o termo de independência, através da Declaração de Responsabilidade, revelando a **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**, nesta oportunidade, todas as circunstâncias que possam gerar dúvidas justificadas acerca de sua imparcialidade ou independência, persistindo o dever de revelação, durante todo procedimento arbitral.

Artigo 24 – Não poderá ser designado como árbitro àquele que:

I – for parte do litígio;

II – tenha intervindo no litígio como mandatário de qualquer das partes, testemunhas ou perito;

III – for cônjuge ou parente até terceiro grau de qualquer das partes, de procurador ou advogado;



IV –participar de órgão de direção administrativa de pessoa jurídica que seja parte do litígio, ou participe de seu capital;

V – for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou procurador;

VI –for por qualquer outra forma interessado, direta ou indiretamente; no julgamento da causa em favor de qualquer das partes.

Artigo 25 – Ocorrendo qualquer das hipóteses referidas no item anterior, compete ao árbitro declarar, a qualquer momento, o próprio impedimento e recusar a nomeação, ou apresentar renúncia, mesmo quando tenha sido indicado por ambas as partes, ficando pessoalmente, civil e criminal, responsável pelos danos que vier a causar pela inobservância desse dever.

Artigo 26 – Se o árbitro se escusar antes de aceitar a nomeação, renunciar após a respectiva aceitação, vir a falecer, tornar-se impossibilitado para o exercício da função ou sendo acolhida a sua recusa, assumirá seu lugar o suplente indicado na convenção de arbitragem. Não havendo menção alguma, a designação do árbitro substituto será feita pela **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**.

Parágrafo único: Havendo a substituição do árbitro, o prazo recomeça a contar da data da aceitação do substituto.

Artigo 27 – As decisões da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** com referência à designação, confirmação ou substituição de árbitro, serão finais e as suas razões independem de justificativa e comunicações.

Capítulo VII – DA ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO OU IMPEDIMENTO

Artigo 28 – A parte que pretender arguir questões relativas à recusa, suspeição ou impedimento do(s) árbitro(s) nomeado(s), deverá fazê-lo no prazo máximo de 15(quinze) dias, contados da data em que teve ciência da aceitação do(s) árbitro(s).

Artigo 29 – Recebida a exceção, o Juízo Arbitral irá analisá-la. Em sendo acatadas as razões apresentadas, a **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** colocará à disposição das partes seu rol de árbitros para que ambas escolham 1(um) ou 3(três) árbitros cada. Dessa lista que será composta por no mínimo 3 (três) árbitros e no máximo de 6 (seis) nomes, a



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem irá nomear o árbitro ou árbitros que comporão o Juízo Arbitral.

Artigo 30 – Não sendo acolhida a exceção, a arbitragem terá normal seguimento, sem prejuízo de ser a questão examinada pelo Órgão do Poder Judiciário competente, uma vez findo o Juízo Arbitral.

Capítulo VIII – DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

Artigo 31 – As partes podem se fazer representar por procurador devidamente credenciado, por meio de procuração, por instrumento público ou particular, desde que seja outorgado poder suficiente para a prática de todos os atos relativos ao procedimento arbitral.

Artigo 32 – Salvo disposição expressa em contrário neste Regulamento, todas as comunicações e notificações dos atos processuais serão efetuadas ao procurador nomeado, mediante correspondência epistolar ou registrado postal com aviso de recebimento, e-mail, fax, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação, documentalmente comprovável.

Capítulo IX – DOS PRAZOS

Artigo 33 – Para todos os fins, a contagem de prazo previsto neste Regulamento, começa a ser contado no dia seguinte ao recebimento da comunicação ou notificação, em dias úteis, incluindo-se o dia do vencimento, encerrando o prazo no primeiro dia útil imediatamente posterior.

§1º – Se o vencimento cair em um feriado ou fim de semana, o prazo é prorrogado para o próximo dia útil.

§2º – Quando a citação ou intimação for realizada por correio, o prazo começará a contar no primeiro dia útil após o recebimento da juntada do Aviso de Recebimento (AR) nos autos.

§3º – Outras situações serão decididas pela **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**.

Artigo 34 – Todo e qualquer documento endereçado ao Juízo Arbitral, será entregue e protocolizado na Secretaria da **ARBICAMP – Câmara de**



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Mediação e Arbitragem, que, após os registros, providenciará o envio aos árbitros e às partes.

Artigo 35 – Os prazos para realização dos atos no processo arbitral serão:

I – Para audiência à notificação de instituição da arbitragem, prazo de no máximo 15 (quinze) dias, através do envio pelos Correios; prorrogável por igual período, de conformidade com a pauta da secretaria da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**;

II – Para audiência à notificação de instituição da arbitragem é de no máximo 5 (cinco) dias, através do envio por e-mail e demais meios de comunicação disponíveis (conforme artigo 12, parágrafo 2º deste regulamento); prorrogável por igual período, de conformidade com a pauta da secretaria da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**;

III – Para a indicação de árbitros é de 05 (cinco) dias;

IV – Para apresentação de embargos de declaração é de 05 (cinco) dias;

V – Para a apresentação de alegações finais é de 05 (cinco) dias;

VI – Prazo para proferir sentença arbitral é de 30 (trinta) dias, contados do término do prazo para alegações finais das partes, salvo se as partes tenham dispostos de outra forma ou o presidente do Juízo Arbitral julgar oportuno dilatar referido prazo.

Parágrafo único: Na ausência de prazo estipulado para cumprimento de despachos, será considerado o prazo de 5 (cinco) dias.

Capítulo X – DO PROCEDIMENTO ARBITRAL

Artigo 36 – Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários, que se dará necessariamente quando da realização da Audiência de Tentativa de Conciliação:

§1º – Na audiência de Tentativa de Conciliação, se esta resultar infrutífera, o Juízo Arbitral elaborará o Termo de Arbitragem que deverá conter:

I – os nomes, qualificações e endereço das partes;

II – nome, qualificação dos componentes do Juízo Arbitral;

III – o objeto do litígio, incluindo o sumário das pretensões das partes;

IV – endereço completo (inclusive telefone/e-mail) das partes ou procuradores para onde as comunicações ou notificações serão enviadas;

V – o local da arbitragem;



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

VI – regras processuais para o desenvolvimento da arbitragem não constantes neste Regulamento.

§2º – O procedimento arbitral, via regra geral, deverá ser solucionado, inclusive com a Sentença Arbitral, no prazo máximo de **06 (seis) meses**, salvo manifestação das partes de forma contrária e expressa nos autos do procedimento arbitral.

§3º – A data em que se realizará a Audiência de Tentativa de Conciliação, determinará para todos os efeitos, o início do procedimento arbitral.

Artigo 37 – Lavrado o termo de início de procedimento e não havendo conciliação, o árbitro determinará prazo para audiência de instrução, onde as partes apresentarão as provas que pretendem produzir.

Artigo 38 – O presidente do Juízo Arbitral avaliará o estado do processo, determinando, se for o caso, a produção de prova pericial, na forma prevista no Capítulo XII, estipulando prazo para apresentação do laudo pericial e a data da audiência, que deverá ocorrer no prazo mínimo até 30 (trinta) dias após a apresentação do laudo pericial na secretaria do **Tribunal**. A critério do presidente do Juízo Arbitral, o prazo para apresentação da sentença arbitral poderá ser alterado, quando necessário.

Artigo 39 – Se, no decurso da arbitragem, as partes chegarem a acordo quanto ao litígio, a **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** poderá, a pedido das partes, declarar tal fato mediante sentença arbitral.

Capítulo XI – DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL ARBITRAL

Artigo 40 – O Juízo Arbitral poderá decidir, de ofício ou por provocação das partes, sobre sua própria competência, incluída qualquer exceção relativa à inexistência, validade ou eficácia da Convenção de Arbitragem.

Artigo 41 – A parte que questionar a existência, validade ou eficácia da Convenção de Arbitragem, deverá apresentar no prazo de 15 dias, contados da data em que tiver ciência, a respectiva exceção por petição fundamentada, dirigida diretamente ao presidente do Juízo Arbitral, deduzindo suas razões.

Artigo 42 – Acolhida a exceção, o Juízo Arbitral encerrará o respectivo procedimento arbitral. Sendo rejeitada, terá normal seguimento a



arbitragem, sem prejuízo de vir a ser examinada pelo Órgão do Poder Judiciário competente, uma vez findo o procedimento arbitral.

Artigo 43 – A Eventual controvérsia surgida entre os árbitros, será dirimida pelo presidente do Juízo Arbitral, cuja decisão será definitiva.

Capítulo XII – DAS PROVAS

Artigo 44 – As partes podem apresentar todas as provas que julgarem úteis à instauração do procedimento e ao esclarecimento do Juízo Arbitral. Devem, ainda, apresentar todas as outras provas disponíveis que qualquer árbitro julgue necessário para a compreensão e a solução da controvérsia, competindo ao Juízo Arbitral decidir sobre a admissibilidade, pertinência, e importância delas.

Artigo 45 – As provas serão apresentadas ao Juízo Arbitral, que delas dará ciência à(s) outra(s) parte(s), para se manifestar(em), por ocasião da instrução, ou da apresentação das alegações complementares ou posteriormente, quando necessário, sendo deferido o prazo prorrogável por igual período, a critério do Juízo Arbitral.

Artigo 46 – Se qualquer membro do Juízo Arbitral considerar necessário, para seu convencimento, diligência fora da sede do lugar da arbitragem,

solicitará ao presidente do Juízo Arbitral, determinar dia, hora e local para a realização da diligência, dando ciência prévia às partes.

Artigo 47 – Admitir-se-á a prova pericial quando, a critério do Juízo Arbitral, se fizer necessário para a constatação de matéria de fato que não possa ser elucidada pelo próprio Juízo.

Artigo 48 – A prova pericial poderá ser requerida pela parte que a desejar, que será executada por perito, nomeado pelo Juízo Arbitral, dentre as pessoas que, a seu critério, tenha reconhecido conhecimento na matéria objeto da controvérsia.

Artigo 49 – Deferindo a realização da perícia, o Juízo Arbitral concederá as partes prazo para apresentarem quesitos e, se o desejarem, indicarem assistente técnico. Em seguida, o Juízo Arbitral formulará seus próprios quesitos, se entender necessário.



Artigo 50 – O perito apresentará o seu laudo técnico no prazo fixado pelo Juízo Arbitral, sendo que será enviada cópia às partes e fixado prazo para que, se houver interesse, sejam tecidas as respectivas considerações.

Capítulo XIII – DAS AUDIÊNCIAS

Artigo 51 – A Secretaria do Tribunal designará data para Audiência de Tentativa de Conciliação cuja sequência obedecerá a seguinte ordem:

I – Aceitação do(s) árbitro(s);

II – Apreciação das exceções mencionadas nos artigos VII e XI do presente Regulamento; e,

III – Não havendo conciliação, o Juízo Arbitral elaborará o Termo de Arbitragem, conforme artigo 36, no Capítulo X, deste Regulamento.

Parágrafo único: Não sendo cumprido o requisito do item “I” citado anteriormente, receberão as partes, um exemplar deste Regulamento e a relação de nomes que integram o quadro de árbitros, para indicação conforme disposto neste Regulamento.

Artigo 52 – A audiência será instaurada pelo presidente do Juízo Arbitral com a presença dos demais árbitros e do secretário, se houver. Quando um árbitro, sem motivo justificável, não participar ou interromper sua participação, nos trabalhos do Juízo Arbitral, os demais árbitros poderão decidir pela sequência da arbitragem, proferindo, inclusive, a sentença arbitral.

Artigo 53 – Frustrada a mediação, as partes poderão produzir provas no momento da audiência de instrução, determinada pelo Juízo Arbitral, iniciando-se pelos esclarecimentos dos peritos, quando necessário, seguindo-se o depoimento pessoal das partes e, após, a inquirição das testemunhas arroladas.

Artigo 54 – A audiência terá lugar, ainda que qualquer das partes, regularmente notificada, a ela não compareça. Todavia, a sentença arbitral não poderá fundar-se na ausência da parte para decidir.

Parágrafo único – A previsão do caput não se aplica nos casos em que for determinada a Revelia da(s) parte(s) Demandada(s).



Artigo 55 – Entendendo que há necessidade de realização de audiência de instrução, o Juízo Arbitral informará previamente as partes a cerca da respectiva data, hora e local.

Artigo 56 – Recusando-se qualquer testemunha a comparecer à audiência, ou escusando-se de depor sem motivo legal, poderá o presidente do Juízo Arbitral, a pedido de qualquer das partes, requerer ao Juízo competente as medidas adequadas para a tomada do depoimento da testemunha faltosa, se entender, o presidente do Juízo Arbitral, que referida prova é indispensável à solução da questão.

Artigo 57 – O secretário providenciará, a pedido de qualquer das partes, cópia dos depoimentos tomados em audiência, bem como o serviço de intérpretes ou tradutores.

Artigo 58 – O adiamento da audiência somente será concedido por motivo relevante, a critério do presidente do Juízo Arbitral, o qual designará, de imediato, nova data para sua realização.

Artigo 59 – Encerrada a instrução, o Juízo Arbitral a declarará e concederá prazo para que as partes ofereçam suas alegações finais, podendo ser substituídas por razões orais, se for de conveniência das partes.

Capítulo XIV – DA SENTENÇA ARBITRAL

Artigo 60 – O Juízo Arbitral proferirá sentença no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término do prazo para alegações finais das partes, salvo se as partes tenham disposto outra forma ou o presidente do Juízo Arbitral julgar oportuno dilatar referido prazo.

Artigo 61 – A Sentença Arbitral será assinada por todos os árbitros. Porém a assinatura do presidente do Juízo Arbitral confere-lhe validade e eficácia.

Artigo 62 – A sentença arbitral conterá, necessariamente:

- I – o relatório do caso, que conterá os nomes das partes e um resumo do objeto da arbitragem, bem como as pretensões e pedidos;
- II – os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se expressamente se os árbitros julgarem por equidade;



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

III – o dispositivo em que o Juízo Arbitral resolverá as questões que lhe foram submetidas e estabelecerá o prazo para o cumprimento da sentença, se for o caso; e,

IV – a data e lugar em que foi proferida;

Artigo 63 – A sentença arbitral conterá ainda a fixação das custas e despesas com a arbitragem, dos honorários dos árbitros e peritos, bem como da responsabilidade de cada parte pelo pagamento destas verbas e, se for o caso, das despesas incorridas pelas partes para sua defesa na arbitragem. Os valores serão extraídos de conformidade com o contido no Anexo I – Tabela de Custas e Honorários da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**, ou serão levantados pela Secretaria conforme as peculiaridades do procedimento arbitral.

Artigo 64 – A sentença será cientificada às partes, através de comunicação por escrito, devendo cada uma das partes receber cópias, de que a sentença arbitral se encontra à disposição na secretaria da **ARBICAMP- Câmara de Mediação e Arbitragem**.

Capítulo XV – ENCERRAMENTO DA ARBITRAGEM

Artigo 65 – Considera-se encerrada a arbitragem quando for proferida a sentença arbitral.

Parágrafo único – Considera-se igualmente encerrada a arbitragem:

- a) – se o Demandante desistir de seu pedido, desde que o Demandado não se oponha;
- b) – se as partes concordarem em encerrá-la. Neste caso, poderão requerer que seja declarado tal fato mediante sentença arbitral;
- c) – nos casos previstos em lei;

Artigo 66 – Encerrada a arbitragem, o presidente do Juízo Arbitral, dará ciência às partes, enviando-lhes, através da secretaria da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**, cópia da sentença ou da ordem de encerramento, às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento.

Artigo 67 – Obriga-se às partes a aceitar a sentença arbitral, da qual não caberá recurso, com exceção de Embargos de Declaração, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação da sentença para que o



Juízo Arbitral corrija erro material, esclareça obscuridade ou contradição eventualmente nela contida ou se pronuncie sobre o ponto omissivo a respeito do qual devia manifestar-se a decisão.

Capítulo XVI – DAS CUSTAS NA ARBITRAGEM

Artigo 68 – Constituem custas da arbitragem:

- I – os honorários do(s) árbitro(s);
- II – os gastos de viagem e outras despesas realizadas pelo Juízo Arbitral;
- III – os honorários periciais, bem como quaisquer outras despesas decorrentes de assistência requerida pelo Juízo Arbitral ou pelas partes;
- IV – as despesas suportadas pelas testemunhas, na medida em que sejam aprovadas pelo Juízo Arbitral;
- V – Custas Administrativas.

Parágrafo único: A tabela citada no item precedente poderá ser periodicamente revista.

Artigo 69 – Instituída a arbitragem, o Juízo Arbitral poderá determinar às partes que, em igual proporção, antecipem o depósito das custas a que se refere o artigo anterior, bem como de outras diligências e despesas que julgar necessárias. Tal faculdade persiste durante todo o curso do procedimento, inclusive para depósitos suplementares.

Artigo 70 – Se a verba requisitada não for depositada dentro do prazo determinado, o Juízo Arbitral informará tal fato às partes a fim de que qualquer uma delas possa efetuar o depósito integral da verba requisitada.

Artigo 71 – Se, ainda assim, tal depósito não for efetuado, o presidente do Juízo Arbitral poderá suspender ou determinar o encerramento do procedimento arbitral, sem prejuízo da cobrança das importâncias efetivamente devidas.

Artigo 72 – Antes de se enviar a sentença arbitral, a **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**, a pedido, poderá apresentar às partes um demonstrativo das despesas, honorários e demais gastos, para que sejam efetuados os eventuais depósitos remanescentes. Existindo crédito em favor das partes, a **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** providenciará os respectivos reembolsos.



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Parágrafo único – O Tribunal poderá reter a sentença arbitral até que o demonstrativo apresentado conforme “caput” seja totalmente quitado. O não pagamento ensejará a não remessa da sentença arbitral e no arquivamento do respectivo procedimento arbitral.

Artigo 73 – Os casos omissos, ou situações particulares, envolvendo às custas da arbitragem serão analisadas e definidas pela **ARBICAMP** – Câmara de Mediação e Arbitragem de Campinas.

Capítulo XVII – DOS PRAZOS

Artigo 74 – Os prazos para realização dos atos no processo arbitral serão os seguintes:

I – Para audiência à notificação de instituição da arbitragem é de no máximo 15 (quinze) dias, através do envio pelos Correios; prorrogável por igual período, de conformidade com a pauta da secretaria do **Tribunal**.

II – Para audiência à notificação de instituição da arbitragem é de no máximo 5 (cinco) dias, através do envio por e-mail; prorrogável por igual período, de conformidade com a pauta da secretaria do **Tribunal**.

III – Para a indicação de árbitros é de 05 (cinco) dias.

IV – Para embargos de declaração é de 5 (cinco) dias.

V – Para a apresentação de alegações finais é de 05 (cinco) dias.

VI – Prazo para proferir sentença arbitral é de 30 (trinta) dias, contados do término do prazo para alegações finais das partes, salvo se as partes tenham dispostos de outra forma ou o presidente do Juízo Arbitral julgar oportuno dilatar referido prazo.

VII – Na hipótese prevista no artigo 33 do presente Regulamento.

Capítulo XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 75 – As informações trazidas ao procedimento de arbitragem são confidenciais e privilegiadas, o(s) árbitro(s), qualquer das partes, equipe da **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** ou outra pessoa que atue no procedimento arbitral, não poderão revelar a terceiros ou serem chamados ou compelidos, inclusive em posterior Processo Judicial, a revelar fatos, propostas e quaisquer outras informações obtidas durante o procedimento, não podendo inclusive servir de testemunhas.



TRIBUNAL ARBITRAL DE CAMPINAS
ARBICAMP - CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Artigo 76 – Desde que preservada a identidade das partes e de circunstâncias relevantes, poderá, o Tribunal, publicar, em ementário, excertos da sentença arbitral.

Artigo 77 – A **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** poderá fornecer a qualquer das partes, mediante solicitação escrita e, recolhidas as custas devidas, cópias certificadas de documentos relativos a arbitragem.

Artigo 78 – Instituída a arbitragem e, verificando-se a existência de lacuna no presente Regulamento, ficam entendidos que as partes delegam ao Juízo Arbitral amplos poderes para disciplinar sobre eventual ponto omissos. Se a lacuna for constatada antes da instituição da arbitragem.

Parágrafo único – Subentende-se que as partes delegam tais poderes a **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem**.

Artigo 79 – Caberá aos árbitros interpretar e aplicar o presente Regulamento em tudo o que concerne aos seus direitos e obrigações.

Artigo 80 – Toda controvérsia entre árbitros concernentes à interpretação ou aplicação deste Regulamento será dirimida pela Coordenação do Tribunal, cuja decisão será definitiva.

Artigo 81 – O presente Regulamento passa a vigorar a partir da sua aprovação em 16/09/2024, podendo a **ARBICAMP – Câmara de Mediação e Arbitragem** proceder com alterações, passando a vigorar então as revisões subsequentes, cuja versão deverá estar anotada no início desde Regulamento, ao lado no respectivo número.

Campinas, 16 de setembro de 2024.

ARBICAMP
CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM